



**ACTA N.º 2/2007**

Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de 2007, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. DOAÇÃO DE DOIS PRÉDIOS – RÚSTICO E URBANO - SITOS EM OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES À UNIVERSIDADE DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO – UTAD – PARA INSTALAÇÃO DO PÓLO UNIVERSITÁRIO. - EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO. PROPOSTA Nº 25/GAPV/07. PARA CONHECIMENTO;**
- 3. ALTERAÇÃO DA REDACÇÃO DO Nº. 4, DO ARTIGO 1º, DO REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DE LOTES DO PARQUE DE ACTIVIDADES. - DISPENSA DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO PRÓPRIO -. PROPOSTA Nº 26/GAPV/2007 ;**
- 4. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO CONCELHO DE CHAVES COMO ASSOCIADO DA FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE VILA REAL. PROPOSTA Nº 27/GAPV/07;**
- 5. GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. - ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO, SITUADO NA AVENIDA BRACARA AUGUSTA – SANTA MARIA MAIOR -, CHAVES, INTEGRADO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL. - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA Nº 28/GAPV/07;**
- 6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS SUJEITAS A LICENCIAMENTO MUNICIPAL E RESPECTIVAS TAXAS. PROPOSTA Nº 30/GAPV/2007**
- 7. TARIFÁRIO DO GÁS NATURAL NO INTERIOR NORTE – PARA CONHECIMENTO E TOMADA DE POSIÇÃO. PROPOSTA Nº 34 /GAPV/07;**
- 8. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VILAS NOVAS MEDIEVAIS PLANEADAS. INFORMAÇÃO N.º 109/DC/07 DE 2007.03.29;**
- 9. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2006. INFORMAÇÃO N.º 01/DGFEP/07.**

No âmbito das comemorações do dia “25 de Abril”, depois de entoar o Hino Nacional, **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, antes de entrar no normal funcionamento da sessão, propôs um período dedicado ao evento, que foi aceite. Abertas as inscrições para as representações dos Grupos Partidários, usaram da palavra os seguintes deputados:

**ANTÓNIO MANUEL CARVALHO S. MOTA** do PSD – disse: “ A Democracia que nos permite estar aqui hoje reunidos, mais de três, comemorando a data fundadora do regime democrático, usufruindo integralmente de direitos, liberdades e garantias. Exerçamos pois o direito de reunião, usemos a liberdade de expressão, com plena garantia do respeito pelos outros e pelas suas opiniões divergentes. Porque temos, inquestionavelmente, opiniões divergentes. Saibamos respeitá-las, escutá-las e sejamos lúcidos na sua avaliação. Mesmo quando elas se referem à forma e ao sentido de Abril. É nessas divergências e no seu debate que Abril se justifica.



Foi dessas divergências que, nos princípios de Maio de 1974, no seu sexto dia, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão anunciaram a fundação do Partido Popular Democrático, que adoptou como lema “a Social Democracia para Portugal” e se propôs realizar uma política de centro-esquerda para o País.

Em 1977 o PPD torna-se PSD – Partido Social-Democrata. A sua organização de juventude sempre se chamou Juventude Social-Democrata.

O meu Partido é um Partido de ideologia Social-Democrata, de natureza reformista, que combateu o colectivismo económico e os movimentos totalitários, defendendo de forma empenhada os valores fundamentais da liberdade, da igualdade e da solidariedade, representado nas setas do seu símbolo. Sempre entendeu que o futuro democrático do País passa pela existência de instituições democráticas, legitimamente eleitas pelo Povo, no pleno exercício de cidadania e do garante da Liberdade e da Democracia.

Senhor Presidente da Câmara. Da mesma forma que festejamos a data e celebramos a coragem de quem fez a revolução, estamos convictos que o futuro de Portugal é, também, feito da soma de outros futuros, para a qual conta, aqui e agora, o futuro de Chaves. Um futuro que se constrói, dia a dia, com uma estratégia clara de modernização e progresso; regulando interesses (por vezes, contraditórios mas legítimos); assumindo, quando necessárias, as rupturas; encontrando equilíbrios; assegurando compromissos; debatendo de forma exigente, mas leal e profícua; lutando por causas.

Minhas Senhoras e meus Senhores. Comemorar Abril é bom para relembrarmos os nossos direitos democráticos mas, também, os nossos deveres para com a democracia, a nossa responsabilidade na sua vitalidade e no seu aperfeiçoamento, dignificando e prestigiando a actividade política que exercemos nesta Assembleia.

É preciso que a acção política e, também, a sua oposição, sejam rigorosas nos seus critérios e transparentes na sua ética.

Abril não pode significar desvalorizar, não se pode associar ao culto fácil, não pode ser igual a arrogância ou a técnicas de marketing. Abril não pode ser desresponsabilização, falta de valores, má fé.

Senhores Deputados. Abril tem sentido revisto nos seus três D's. Mas tem, hoje mais que nunca, sentido em todas as outras letras do alfabeto.

As setas do PSD já o dão ao **L** de Liberdade, ao **I** de igualdade e ao **S** de solidariedade. A todas elas saibamos nós, todos, dar-lhe o significado maior.

Estaremos, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a construir o Janeiro e o Fevereiro e o Março e.... o Outubro e o Dezembro das gerações futuras que saberão que houve um tempo em que elas foram preocupação.

E assim adaptando a canção..... *«e entretanto o tempo fez cinza da brasa, e outra maré-cheia virá da maré vaza, nasce um novo dia e no braço outra asa, brinda-se aos amores com o vinho da casa, e vem-nos à memória uma frase batida, aquele foi o primeiro dia do resto da nossa vida».*

Viva a Democracia, Viva Chaves, Viva Portugal. Chaves 25 de Abril de 2007”

**JÚLIO AUGUSTO MORAIS DE MONTALVÃO MACHADO do PS** – saudou todos os presentes na sala e disse: “Gostaria que o dia de hoje “25 de Abril”, fosse um dia grande e de festa para todos os Portugueses e tudo porque ao contrário de outros dias feriados, esta data é bem mais que a rememoração de um acontecimento histórico, mais do que uma revolução militar triunfante, mais do que o derrubar de uma velha ditadura.

O “25 de Abril” foi principalmente uma grande festa do povo, povo que a saudou com uma alegria nova, que extravasou, enfim liberto, as ruas e largos deste País, numa



festa imensa, aberta ao mundo e à história, glória de todas as revoluções do nosso tempo, independente, naquela hora, de credos e ideologias, feliz na sua ânsia de liberdade e solidariedade social. Os cravos tinham todos a mesma cor e as vozes aclamavam o mesmo Portugal e o mesmo sentido.

Mas o que se passou afinal com esse dia único? Quem passa hoje por esta data, quase a não pressente, à parte do que o Protocolo obriga, ou a hipocrisia esconde. Que é feito do povo que devia salvá-la, da alegria que deveria inundar a nossa vontade e a nossa esperança, do respeito e da memória que lhe devemos? A memória apagou-se e as vozes dividiram-se. A comemoração da sua data repete-se, apagada, e tornou-se igual, a qualquer outra – tudo porque o nosso mundo vive hoje um sentido diferente. Parece prevalecer a dúvida e o pessimismo; em muitos o direito à revolta, esquece o sacrifício que se exige, em períodos críticos da governação, sem quererem que, entre diferenças, iniquidades e injustiças que ainda perduram, vamos, concerteza, a caminho de um Portugal melhor e mais igual para todos.

O “25 de Abril” não pode ser responsabilizado pelos erros da política, por isso camaradas, companheiros, amigos, colegas desta Assembleia, todos os que me ouvem, ousou lançar um desafio – que sejam capazes de ultrapassar o que nos divide e que juntos, quantos acreditam no “25 de Abril”, ombro a ombro, na rua, em qualquer canto, cravos vermelhos ao peito, música e foguetes, reconquistemos a alegria do “25 de Abril”. Vamos repetir nesta data a grande festa de um povo que voltou a encontrar-se e não esqueceu a lição desse dia memorável. Vamos todos – é esse o meu desafio.

Naturalmente, quem não acredita no “25 de Abril”, não apareça. Assim ficaremos melhor, a conhecer-nos.”

Não havendo mais intervenções foi encerrado este período, com o entoar do Hino Nacional, dando início à sessão, com a chamada dos deputados municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

Carolino José Rodrigues Caetano

Jorge Manuel Rodrigues Roxo

Antenor dos Anjos.

A acta número um, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

*Posta à votação foi aprovada por maioria com uma abstenção, por ausência na última assembleia.*

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada de uma “Proposta” subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, que se transcreve:

**“Moção:**

**Considerando que todos os anos os anunciados milhões de euros de várias proveniências para investimentos na região, nem sempre são efectivamente aplicados;**

**Considerando o desvio indevido de verbas dos anteriores QCAs para as regiões do litoral, desvirtuando até a sua principal razão de ser;**

**Considerando que com a concentração no litoral do investimento dos três QCAs anteriores se acentuou a situação gravíssima de atraso e desertificação, de todo o interior e em especial da nossa região;**

**Considerando que o Novo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) deverá ter necessariamente critérios que possibilitem o ressarcimento dos prejuízos até agora impostos à região;**



Considerando a necessidade urgente de sustentar o processo de desertificação da região, a requerer investimentos vultuosos estruturantes para os quais o QREN será um instrumento decisivo;

Considerando que existem experiências anteriores de criação de organismos sub-regionais, de que são exemplos o Programa Operacional do Vale do Ave ou mais recentemente a Unidade de Missão do Douro.

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 25 de Abril de 2007 decide:

**1 – Solicitar ao Governo informação sobre as verbas do QREN previstas para a nossa Região;**

**2 – Exigir do Governo a criação de um Organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN para a Região, representativo, entre outras, das Autarquias e das Associações Sindicais e Empresariais;**

**3 – Solicitar às Assembleias Municipais do Distrito a adesão a esta Moção.**

**Chaves 25 de Abril de 2007- Os Deputados da CDU”**

A Assembleia aceitou a introdução desta “Moção” e para sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que esta será uma “Moção” consensual, porque permite constatar um facto inequívoco, estatístico - há uma abismo entre o que se promete investir e o que, na realidade se investe, - quer seja anunciado em QCA, quer noutros investimentos,.

Ao contrário do que seria o princípio, presumível, dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, de diminuir as assimetrias entre o litoral e o interior, constata-se que as verbas foram aplicadas em sentido inverso.

Defendemos a regionalização para que haja uma estrutura política, com legitimidade democrática, que possa aproximar a decisão do investimento das verbas dos locais onde, efectivamente, devem ser aplicadas. É nesse sentido que propomos uma Comissão de acompanhamento que venha a reflectir a presença das autarquias, das empresas, dos sindicatos e esta Assembleia poderia desenvolver uma iniciativa, envolvendo todos os partidos com assento na Assembleia da República e promover uma discussão aprofundada sobre o novo QREN – 2007/2013, tendo em conta o atraso que já tem. 2007 está já no segundo trimestre, demonstrando, desta forma, que as pessoas da região e os seus eleitos, não podem prescindir de dar a sua opinião sobre a oportunidade de combater os atrasos de desenvolvimento e a desertificação com este que é o último Quadro Comunitário de apoio a que Portugal terá acesso.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS** do PS – disse que o seu Grupo Municipal, relativamente a esta “Moção” apresentada pela CDU, é sensível a tudo o que diga respeito às questões da interioridade e nesse combate estamos todos na mesma linha.

Lembrou que já anteriormente o Grupo Municipal do PS solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que apresentasse a sua estratégia no que respeita às candidaturas ao quarto QCA – actual Quadro de Referência Estratégica Nacional. Concordamos que esta é uma matéria que a todos diz respeito e acerca da qual, desde sempre o Partido Socialista defendeu que essas verbas venham potenciar a coesão social e a coesão territorial e por essa razão votarão favoravelmente esta “Moção”.

**JOÃO MIRANDA RUA** do PSD – disse que esta “Moção” apresentada pela CDU, deve merecer o apoio de toda esta Assembleia, porquanto teremos de estar mais atentos a todas estas medidas que vão sendo aprovadas pelo Governo, em relação à



criação de novas zonas e de novos planos em que a nossa Região – NUT III Alto Trás-os-Montes – continua a ficar isolada.

A criação da Unidade de Missão do Douro vai, concerteza, criar mais constrangimentos à nossa Região. A “Moção da CDU” merece o nosso apoio e seria interessante constituir massa critica e de área geográfica, porque o Alto Tâmega não tem área suficiente para se enquadrar no novo QREN, que pudesse articular com os nossos parceiros do Distrito de Bragança, porque Vila Real está mais voltado para o Douro e irá, concerteza, beneficiar das prerrogativas que a Missão do Douro lhe vai proporcionar.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes neste dia, incontornável da nossa história.

Relativamente à “Moção” apresentada pela CDU, não me compete tecer quaisquer considerações ao seu conteúdo e concordando, genericamente, com ela, esclareço que há uma tomada de posição da Associação Nacional de Municípios junto do Governo, no sentido de uma maior participação das autarquias nesta matéria.

O QREN, ao contrário dos Quadros Comunitários anteriores, tem vindo a ser trabalhado com uma responsabilidade directa do Governo e em particular dos Ministérios do Ambiente, dos Transportes e Comunicações e da Economia. Nas suas sucessivas versões foi sendo apresentado à ANMP que foi dando, também, os seus pareceres. Quando se chegou à versão final o QREN aparece com prioridades estratégicas, nomeadamente na Qualificação dos Portugueses, Internacionalização da Economia, Coesão Social, o Território e as Cidades e a Administração (exigências de uma boa governação). Essas prioridades estratégicas estão depois agrupadas em três agendas temáticas que têm vindo a ser suficientemente divulgadas – Agenda do Potencial Humano, da Competitividade e da Valorização do Território. Cada uma destas agendas temáticas é depois subdividida em vários eixos e medidas.

Os Programas deste novo Quadro foram apresentados em Bruxelas e nenhum deles está, neste momento, aprovado pela Comissão Europeia. No que se refere ao Programa de Cooperação - o apresentado pelo Governo Português e Espanhol - está aceite, prevendo-se que no próximo mês de Junho todos os Programas, sejam os Operacionais, sejam os Nacionais ou o de Cooperação tenham o aval de Bruxelas para possibilitar a entrega das candidaturas, o que está previsto que aconteça a partir do mês de Setembro de 2007. Neste contexto e acompanhando não só as diligências da ANMP, mas também a discussão, onde tenho participado activamente, nomeadamente no Programa de Cooperação, a Câmara Municipal está a preparar-se para em Setembro poder apresentar as respectivas candidaturas.

É pena que muitos dos Senhores deputados, apesar de terem sido convidados, não tenham participado, no passado dia 11, nos trabalhos da Agenda 21 Local, que é um instrumento absolutamente fundamental para acesso às candidaturas, assim como a Carta Educativa – não pode haver candidaturas para Educação e Equipamentos Educativos, sem ter este instrumento devidamente homologado. Nesta área Chaves vai apresentar candidatura para três Centros Escolares – Vidago, Madalena e Santa Cruz/Trindade - que serão financiados pelo Programa Regional Norte. Para o de Santa Cruz já temos os termos de referência mais adiantados – já está em discussão e é para cerca de 700 alunos, com pré-escolar, primeiro e segundo ciclo. O da Madalena terá idêntica configuração.

Na Agenda 21 Local foram apresentados cento e cinquenta projectos, devidamente justificados. Destes estão seleccionados, para candidatura, doze projectos prioritários. O Senhor Vereador António Cabeleira, que não está hoje nesta Assembleia, encontra-se, junto com o Senhor Arquitecto Rodrigo e Senhor Engenheiro Abel, reunidos em Barcelona com a equipa que coordenou a Agenda 21



Local, no contexto do Eixo Atlântico, para validar os nossos projectos. A partir dessa validação o documento daí resultante ficará disponível para ser consultado por quem o desejar. No site do Município encontra-se disponível essa informação.

O Programa de Cooperação substitui o INTERREG; é uma cooperação inter-fronteiriça de segunda geração, que também tem prioridades muito específicas. Vai de encontro ao desenvolvimento do espírito empresarial, em particular das pequenas e médias empresas, transportes, turismo, cultura, gestão comum de recursos naturais e de equipamentos. Chaves e Verín prevêem a constituição de uma Euro - cidade, em que as duas cidades vão entregar uma única candidatura que potencie as áreas de transporte e acessibilidades, ambiente (toda a bacia do Tâmega que é comum), a gestão de equipamentos comuns e agendas culturais comuns, dentro do espírito da Cooperação.

No site do Município está também um documento que Chaves apresentou, na CCDRN, em finais de Novembro de 2006, titulado “Chaves 2015”, no contexto do Programa “Norte 2015”, onde estão elencadas as prioridades para o Concelho de Chaves. Nesta data há dois documentos disponíveis onde é possível ter acesso a todo o trabalho que vem sendo desenvolvido para, em Setembro de 2007, sermos dos primeiros a apresentar os nossos projectos ao novo Quadro – “Agenda 21 Local”, “Chaves 2015”. Há um terceiro, no contexto da NUT III, que contem dez áreas fundamentais que vão desde a Educação, à Cultura, ao Património, à Acção Social, ao Desenvolvimento Económico e outras, que está a ser concluído pelo conjunto dos seis Municípios do Alto Tâmega, e se pretende tenha mais força para decisão e validação. Chaves ganhará dimensão porque é o Concelho sede e aglutinador do Alto Tâmega e em termos do próximo Quadro Comunitário de Apoio, está munido dos instrumentos necessários para apresentar as respectivas candidaturas, envolvendo o conjunto de Técnicos da Autarquia, sem recorrer a serviços externos, com excepção da “Agenda 21 Local”, que no contexto do Eixo Atlântico foi adjudicada a essa entidade de Barcelona. Isso prova que, efectivamente, os Técnicos da Autarquia são competentes e têm qualidade para apresentar bons trabalhos.

Nesta “Moção”, parece haver uma redundância, quando se fala nos autarcas, porquanto o processo ainda está em discussão entre os respectivos Ministérios e a ANMP.

Este QREN tem duas características fundamentais. Nesta altura nenhum Município, nem Associações de Municípios tem a certeza de que vai ter projectos, porque não há pré - consignação de verbas. Nos anteriores Programas cada Município sabia, em função do seu FEF que tinha disponível, no contexto da verba global, determinado valor. Neste momento sabemos que os Programas da Região Norte têm oito mil milhões de euros, dos quais cerca de três mil milhões são do Programa Operacional da Regional Norte e este é que vai conter a verba de apoio aos Centros Escolares; sabemos que o Programa de Cooperação Norte Portugal Galiza tem 367 milhões de euros; o Programa das cidades da Região Norte tem 500 milhões de euros; o Programa relativo às acessibilidades tem 700 milhões de euros, parte do qual se destina ao alargamento do IP4, que vai passar para A4. O programado IC5 que ligaria Vila Pouca de Aguiar a Miranda do Douro – seria efectivamente uma via estruturante, fundamental para toda esta região norte - não apreço com dotação, nem com financiamento definido, o que será um lapso para Trás-os-Montes.

Os projectos apresentados serão seleccionados segundo três critérios fundamentais – concentração, selectividade e sustentabilidade económica. A Câmara de Chaves preocupou-se em apresentar projectos credíveis, de envergadura, com sustentabilidade económica, capazes de serem seleccionados. Isso implica a coordenação com os projectos anteriores e com aqueles que já estão em curso.



Quando todos estes documentos estiverem validados virão a esta Assembleia Municipal mas, entretanto, podem ser consultados por quem o desejar quer os projectos, quer as propostas que os compõem.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA**, da CDU – disse que apesar do trabalho de casa feito, este novo Quadro Comunitário tem de apostar com decisão nas regiões do interior.

Preocupa-nos, muito, que os centros de decisão se afastem cada vez mais dessas regiões é por essa razão que aparece esta Proposta. Não constando da “Moção”, lanço o desafio de chamar cá as forças da Assembleia da República, para apresentar todo o trabalho que está feito e aproveitar a projecção desse facto em termos de comunicação social; poderia ser útil para que ficasse claro que a Região tem os instrumentos necessários para o seu desenvolvimento. Assim se façam as opções da política governamental.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

Deu-se continuidade ao Período de antes da “Ordem do Dia” tendo usado ainda da palavra os seguintes deputados:

**HIGINO DOMINGUES FERREIRA DA SILVA do PSD** – iniciou a sua intervenção saudando os militares de Abril e quantos contribuíram para concretizar a liberdade.

Disse que trinta e três anos depois do “25 de Abril” muita coisa mudou no País e no nosso Concelho. Antes dessa data a cidade de Chaves estava ligada às freguesias por estradas sem asfalto e o isolamento era um dos grandes problemas do mundo rural; luz eléctrica, água e saneamento só existiam no Centro da cidade. Desde então para cá, graças ao esforço dos vários Presidentes da Câmara – Dr. Agostinho Pizarro, Eng.º Branco Teixeira, Dr. Alexandre Chaves e Dr. João Batista, todas as nossas freguesias têm luz eléctrica, água canalizada e distribuída ao domicílio. Os fontanários, os bebedouros, as fontes de mergulho, os tanques, mantêm-se, na sua maioria utilizáveis e aí é de realçar o trabalho dos Senhores Presidentes das Juntas que preservam, com amor, esse património.

Disse que o Senhor Dr. João Batista ficará eternamente ligado a este concelho, pela sua maneira de ser, e de actuar como Presidente da Câmara e pelo vasto rol de obra feita, das quais citou três: - o reerguer da Muralha, os Mercados Municipais de Chaves e Vidago e os arranjos exteriores do Forte de S. Neutel.

**FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS – disse que no dia 25 de Abril de 1974, era oficial miliciano em Moçambique, estando prestes a embarcar de volta ao continente, por ter cumprido a comissão de serviço obrigatória e só às 17 horas da tarde desse mesmo dia é que teve conhecimento do Golpe de Estado chefiado pelo General Spínola realizando-se a festa do acontecido no dia seguinte. Esse facto fez com que a sua estadia em Moçambique se prolongasse por mais dois longos meses.

O que primeiro se sentiu foi a liberdade de fazer e dizer e uma grande esperança na liberdade e na paz. A paz não chegou de imediato, foi necessário negociar o fim da guerra, mas a esperança nunca morreu em nada, nem em coisa nenhuma; a liberdade, supremo bem da revolução, dura e perdura, podemos fazer as interpretações que quisermos dos anseios de “Abril”, podemos inventar o que não está lá, ou nunca passou pela cabeça dos seus mentores, podemos negar o que lhe ia na alma, mas não podemos negar a liberdade.



Este é o nosso espaço comum, onde nos encontramos e convivemos. A liberdade que temos de falar ou não, de fazer ou não, de criticar ou elogiar é produto supremo do “25 de Abril” – não é possível negar este facto. Até podemos dizer que os cravos de Abril eram brancos, mas a liberdade é isso e usar os brancos, azuis ou amarelos. Considerando o espaço comum de liberdade, que é transversal a todos os pensamentos e sendo aqui que nos encontramos, deveríamos celebrar este dia com alegria, sem questões que nos dividissem. Aqui entramos já no campo das interpretações e neste aspecto já entro em luta, entre aspas, com o meu vizinho do outro partido, mas na liberdade todos temos lugar e somos irmãos, apesar de haver irmãos que imbuídos no suposto poder divino, ou iluminação única, apreciam mais a sua liberdade de criticar, ofender e insultar, do que a liberdade que os outros têm de os questionar.

Sendo um dia de festa, onde se comemora a liberdade de todos e de cada um, não se devia trabalhar – ainda se fosse uma sessão comemorativa - mas não o é, o que é pena - e por isso não me resta outra coisa senão lamentar o que faço neste momento. O que se pretendeu foi fazer deste dia um dia igual a qualquer quarta-feira, em que é costume realizar as sessões da Assembleia Municipal. Cada um sente este dia como igual ou diferente dos outros e tenho a certeza que estou perante pessoas que pensam e sentem como eu, independentemente de quem decide dizer o que entender com as justificações que a liberdade lhe permite dar como boas. Mas se assim é então vamos trabalhar.

Diz a imprensa local que foi demitido o Director da Escola de Enfermagem de Chaves, a três meses do fim do mandato. Entre a pouca dignidade do processo, segundo o demitido, e a abertura de novas perspectivas no dizer do demitente, ficamos sem saber a causa, ou a pouca dignidade processual e sem conhecer as novas perspectivas. Haverá, provavelmente, boas ou más razões para uma e outra afirmação, mas não se conhecendo as verdadeiras razões, é possível pensar muita coisa. Haverá razões ponderosas e urgentes que não se pudesse esperar três meses, a fim de conferir mais dignidade ao processo? Haverá situações graves que obrigassem a tomar a atitude que foi tomada, abrindo novas perspectivas? O que é que confere dignidade processual a uma demissão?

O Senhor deputado terminou a sua intervenção solicitando ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre este assunto.

**JOSÉ PIMENTAL SARMENTO** do PSD – disse que acompanhou todo o desenrolar do “25 de Abril”, que tem em seu poder os jornais da época e por muitas voltas que lhe dê, não leu em nenhum deles que os cravos tinham de ser vermelhos.

O Governo do Partido Socialista apresentou as contas de 2006, apresentando um défice de 3,9%, o que levou o Senhor Comissário da União Europeia, a felicitá-lo, pelo sucesso alcançado.

Para que estes objectivos fossem alcançados, aumentou drasticamente o desemprego e a emigração; o Senhor Primeiro - Ministro e o seu Ministro das Finanças conseguiram recuperar alguma credibilidade externa nas nossas finanças, mas, progressivamente, estão a destruir a nossa economia, cujo investimento público e privado, continua a descer a níveis preocupantes.

O Governo merece parabéns por isso, mas em contrapartida são cada vez mais os jovens no desemprego e os apartamentos e viaturas entregues aos bancos por dificuldades dos seus donos em assumir os seus compromissos financeiros.

Todos os dias se lê na comunicação social que os nossos emigrantes são escravizados na Espanha, na Holanda e na Alemanha e os Consulados portugueses no estrangeiro encerram; vemos autarcas a protestar contra as medidas do Governo; ouvimos falar no choque tecnológico, mas cada vez são mais as Maternidades,



Centros de Saúde, SAP's e Hospitais a fechar; vemos o interior cada vez mais desertificado e ouvimos autarcas a dizer que o Governo os enganou, porque lhes retira investimentos (caso do Senhor Presidente da Junta de Trancoso), anunciando, ao mesmo tempo investimentos de mais de cinco milhões de euros para um novo Porto Marítimo em Lisboa; temos um País que tem o pior crescimento dos 27 Países da União Europeia; vemos fábricas a fechar às dezenas; professores a irem para o desemprego; funcionários públicos a serem tratados sem o mínimo de dignidade e muitos postos na rua como se tratassem fardos do défice; Vemos estradas nacionais a necessitarem de reparações (IP3) e pontes em risco de cair.

Vemos o Governo a não assumir compromissos com a Câmara de Chaves que já vinham do anterior, nomeadamente os acessos à Plataforma Logística, ao mesmo tempo que anuncia para Lisboa e litoral investimentos em milhões e milhões de euros; vimos o Senhor Dr. Agostinho Almeida Santos bater com a porta, porque o Governo não assumiu os compromissos perante a unidade hospitalar de Coimbra; vemos nomeações de militantes socialistas para altos cargos (Caixa Geral de Depósitos e canal de Televisão); vemos um Partido Socialista que para ganhar as eleições mentiu aos portugueses, em nome do défice, esquecendo-se que existe outra vida para além do défice; vemos empresas rodoviárias Portuguesas a abastecerem-se de gasóleo em Espanha, deixando lá milhões de euros, pela péssima política de gestão dos combustíveis, aumentando os impostos sobre os produtos petrolíferos, como nenhum outro Governo o fez desde o “25 de Abril”.

Quero saudar todos aqueles que, com recta intenção, devolveram o poder à sociedade lusitana de ser livre, mas devemos estar muito atentos com a tentativa dos projectos pessoais do controle da Comunicação Social e do enriquecimento do Estado, à custa do aumento desenfreado dos impostos, de encerramento de serviços, no corte das despesas públicas e no seu desenvolvimento.

O “25 de Abril” e o seu espírito aceite e saudado pela sociedade portuguesa, fez-se para acabar com a guerra colonial, com o desemprego, com a emigração, e para tirar o País da cauda de Europa. Queremos um País desenvolvido, acabar com as assimetrias, com as desigualdades, que cada vez são maiores; durante estes trinta e três anos a classe política tem andado a brincar com o povo, colocando-nos nesta situação de aperto do cinto.

Vejamos o exemplo dos nossos vizinhos espanhóis que não fizeram nenhuma revolução mas têm uma democracia mais avançada, um rendimento per capita muito mais elevado e um nível de vida muito superior ao nosso.

Para que serve termos mais recenseados se temos mais de 400 mil desempregados e sem futuro à vista; para que serve termos lindas aldeias, se estão despovoadas; para que serve gastar milhões na agricultura se os campos estão abandonados e os nossos jovens imigram para o litoral, ou vão para o estrangeiro.

No concurso havido de grandes portugueses, foram votadas, em primeiro e segundo lugar, duas personalidades com ideologias opostas, o que significa que alguma coisa de grave se está a passar na nossa sociedade; isto não se põe ao nível dos autarcas, como nós, que, ao longo dos anos, de uma maneira ou de outra, fizemos o melhor pela nossa terra e pelo nosso País, mas sim dos estados gerais do partidos políticos a que pertencemos e que, todos eles aqui representados, já governaram Portugal ao longo deste anos e não conseguiram concretizar os ideias do “25 de Abril”.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS** do PS – disse que hoje é o dia “25 de Abril” e que é uma data que todos os aqui presentes abraçamos, saudamos e queremos dignificar. Lamentamos que a Assembleia Municipal, no dia de hoje não tenha reunido apenas extraordinariamente, para saudar esta data; abriu-se aqui uma excepção em termos de período antes da “Ordem do Dia”, mas



lamentamos que não tivesse sido comunicada pelo menos aos líderes dos Grupos Municipais. Não tínhamos qualquer dúvida de que as forças político-partidárias, aqui presentes, saberiam dignamente lembrar e honrar este dia.

Neste data é facilmente compreensível, que tenhamos olhares distintos sobre o que actualmente se passa em termos políticos e ao nível do País. Já ouvimos aqui visões muito diferentes e lembro a intervenção do Senhor deputado Higino que avivou a memória daqueles que, eventualmente não se lembrem, do que realmente era o antes “25 de Abril” e da franca evolução que, a partir daí o País e a nossa Região sofreu. Sobre essa intervenção gostava de fazer um reparo que, julgo que por lapso, não foi referido o nosso autarca – Dr. Altamiro Claro. Lembrando todos os autarcas e a influência do Poder Local, em toda esta evolução, associamo-nos a essa saudação que foi feita a todos aqueles que tiveram responsabilidade nesta franca evolução que o País e a nossa Região têm vindo a sofrer pós “25 de Abril”. Não atingimos aquilo que pretendemos e estamos muito longe disso, mas o caminho faz-se caminhando. Houve uma outra intervenção sobre as questões de política nacional muito diferente da que foi feita pelo Senhor deputado Higino, que nos apresentou uma visão negativista e pessimista, daquilo que é Portugal actualmente. Nesta data nós não olhamos para o nosso País assim; vemos um País que ambiciona ir mais longe, que tem gente para o conseguir, gente que se sabe unir nos momentos certos e sabe lutar pelas suas causas. E é desta capacidade que vivemos todos, que também faremos e ajudaremos a fazer cumprir Abril.

Há questões na vida de uma sociedade que são fundamentais para enraizar a nossa democracia e a liberdade, nomeadamente a Educação. Nesta área, sabemos que estamos muito aquém das metas que desejaríamos atingir e é por isso que nos orgulhamos de ver 37% das verbas do QREN ligadas à educação e à qualificação dos portugueses - ao potencial humano. Parece-nos uma aposta fundamental para que a democracia e a liberdade se possam assumir por inteiro em Portugal. Não podemos deixar de aqui saudar o Senhor Presidente da Câmara pela forma como soube agarrar e aderir às medidas da política educativa do nosso Governo e as está a ajudar a implementar no nosso Município, na nossa Região. É desta conjugação de esforços que conseguiremos alcançar resultados.

Em termos nacionais há resultados na área da educação que nenhum de nós pode esconder e que todos, sem excepção, temos de aplaudir. O nosso Ensino Secundária teve um crescimento de 21 mil alunos. Foram 21 mil jovens roubados ao abandono e ao insucesso escolar e um povo culto é um povo mais livre, que saberá exercer de uma forma mais madura a democracia.

Temos outras áreas extremamente importantes como a Saúde, onde se profetizou a desgraça em relação aquilo que iria acontecer no nosso Concelho. Nesta matéria os protagonistas são todos, essencialmente a gente de Chaves e do Alto Tâmega, que vê reforçada a sua capacidade, a sua equidade no acesso a serviços de saúde de qualidade. Saibamos nós fazer valer esta vitória e fazer com que ela represente e venha a afirmar-se como uma mais valia para o Alto Tâmega.

Na Justiça – outra área fundamental para o crescimento de qualquer democracia - também já foi profetizada a desgraça, mas neste momento, sabemos de tudo o que tem sido feito ao nível de reformas nesta área, tem um resultado que quero partilhar convosco. Pela primeira vez, há muitos anos, o número de processos entrados nos Tribunais é inferior ao número de processos que foram concluídos. Ainda há pendências e possivelmente nunca vamos conseguir que deixe de as haver, mas temos pela primeira vez, depois de muitos anos, um saldo positivo – isto são resultados.

Relativamente ao novo mapa judicial o estudo que temos em mãos valoriza a nossa Região e vai permitir uma grande facilidade de acesso à justiça, o que é de saudar.



Ainda não está tudo como desejaríamos, mas acreditamos que estamos no caminho certo. Há medidas que nos custam, mas não podemos ter a veleidade de pensar que o estado social, que deve reunir todas as condições para apoiar os mais desfavorecidos, o possa fazer, num País que não esteja saudável economicamente. Orgulhamo-nos de neste momento ter as contas mais certas do que no passado recente – dois anos e meio atrás.

Com a conjugação de esforços, onde os mais favorecidos terão de abdicar de algo para que o estado social se cumpra e os mais desfavorecidos possam vir a beneficiar; conseguiremos uma democracia mais madura, com uma sociedade mais justa, mais igual, mais solidária.

**LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO** do PSD – saudou os presentes e disse: trinta e três anos após o “25 de Abril”, há medida que os anos vão passando, as nossas reflexões neste dia, pendem cada vez mais sobre estes anos passados do que sobre o futuro.

Há trinta e três anos a espontaneidade que foi o “25 de Abril” deu-nos alegria e uma grande vontade de mudança mas havia poucos projectos estruturados. Hoje mergulhamos em projectos, mas as vontades são menores e existe um pessimismo latente, umas vezes justificado, outras não; urge renovar aquela vontade, aquele sentimento de há trinta e três anos. Eu não acredito que as dificuldades hoje sejam maiores de que então, éramos, nessa altura, um País muito mais atrasado, mais pobre e culturalmente, em termos de participação cívica, muito díspar do que era a Europa nessa época.

Os tempos mudaram muito rapidamente, os factores de atraso são hoje outros, os factores de pobreza continuam a existir de formas mais complexas; a Educação que está sempre na ordem do dia, é um factor importante, mas não é a resolução para tudo e não basta dizer que aumentamos em 25 mil o número de alunos nas escolas, nem que há maior sucesso, porque eles saem cada vez menos preparados para enfrentar o futuro.

Um dos grandes factores que o “25 de Abril” nos trouxe, foi o Poder Local, que antes não existia. A partir daí passámos a eleger os nossos delegados e somos a maior representação, a nível de Freguesias, de Municípios e de Assembleias; o povo espera muito de nós e nós temos muito que dar, porque somos o resultado directo do “25 de Abril”. A democracia ainda carece de muito aperfeiçoamento; é necessário arranjar mecanismos de participação do povo, chamar as Associações, aumentar a ligação entre o Poder Central e os Poderes Regionais e destes com os Locais e dos Locais com o próprio eleitor. A dicotomia entre a cidade / campo modificou-se na sua profunda estrutura; o País que era rural, passou e vai cada vez mais a ser urbano; um País que era interior tende para a litoralidade; um País que era colonial tende para a Europa e estas tendências simultâneas geram choques. As fronteiras dissipam-se e a própria internacionalização gera novas dificuldades; urge que estejamos à altura dos novos desafios que se aproximam.

A cidade de Chaves é uma terra que, como muitas outras, sofreu profundas modificações nos últimos trinta e três anos; teve um crescimento grande, nalguns sectores um pouco anárquico e positivo noutros. O novo QREN trará mais um afluxo de milhões de euros, mas os três anteriores demonstraram que os milhões passam e, por vezes, os atrasos e as dificuldades continuam.

Neste momento está a ser elaborado, a nível municipal, um instrumento vital para o desenvolvimento do nosso Concelho, nas próximas décadas, que é o PDM; estão a ser elaborados planos parcelares, uns de estudos estratégicos, outros de estudos locais; uns através do Polis, outros no âmbito da Câmara Municipal e ainda outros no âmbito da Agenda 21 Local e carece que o novo PDM integre todos os factores. Esta



Assembleia Municipal nomeou uma Comissão para acompanhar a elaboração desse instrumento, que nos últimos dois anos não reuniu. Lanço aqui um desafio a todos os partidos que têm elementos na Comissão para a reactivar, para que o novo PDM não nos seja apresentado meia dúzia de dias antes para aprovação e tenhamos que o aprovar de cruz. Essa Comissão foi constituída com a intenção de ir acompanhando os trabalhos e informando os Grupos Parlamentares do andamento do processo, acertando entre eles factores sobre o documento para que ao vir à Assembleia já estivesse em discussão final e em condições de ser aprovado.

O Senhor deputado terminou a sua intervenção com esta frase: “25 de Abril” sempre.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA**, da CDU – fez um reparo pela marcação desta Sessão para um dia de festa como é o “25 de Abril”.

Há muitos aspectos sobre o “25 de Abril” que são consensuais, a democracia, a liberdade, a participação, mas há alertas para os mais jovens que, apesar de todos os meios de que hoje dispõem, não conseguem entender o que eram as condicionantes da liberdade e o que era a censura. Também é necessário perceber que os regimes se podem tornar menos democráticos e menos transparentes mediante o controle da Comunicação Social, mediante a diminuição da representatividade na Assembleia da República, etc. Esses alertas ficam e podem contar com os comunistas na defesa da democracia aprofundada e da liberdade.

O País fez um enorme esforço que nos permitiu criar um desenvolvimento, que foi reconhecido internacionalmente e o facto de termos um Serviço Nacional de Saúde avaliado, recentemente, pela OMS como um dos doze melhores do mundo, merece um aplauso, se tivermos em conta que na nossa região, as estruturas de saúde, na altura do “25 de Abril” eram, praticamente, inexistentes. Esse grande salto do desenvolvimento, para aqueles que não perceberam, foi feito com o modelo de estado social que agora se quer por em causa, cobrindo-o de diversas vestes; uma delas é que ao estado social competirá uma função residual de apoiar os mais pobres e os mais necessitados que nós necessariamente reconhecemos; mas no dia em que os hospitais públicos só virem os doentes mais humildes, a qualidade do atendimento cai a pique, porque a relação e a exigência de quem está do outro lado é o motor do desenvolvimento da qualidade dos serviços; é o mesmo em relação às escolas e às diversas funções sociais do estado.

Estamos num momento crucial de discussão do modelo social do estado e os comunistas estão do lado daqueles que entendem que esse modelo não é para dismantelar mas sim para aprofundar e corrigir, mas é sobretudo, para continuar a permitir que um País, cujas estatísticas dizem que tem dois milhões de pobres, possa continuar a ter níveis mínimos de dignidade, que vêm do ensino gratuito, da saúde gratuita e próxima das populações, de uma Segurança Social que vai correspondendo às múltiplas exigências.

A CDU saúda o “25 de Abril”, o “1º de Maio” e saúda também a greve marcada para 30 de Maio na defesa do estado social e é pena que em Portugal estejamos a assistir ao dismantelamento desse estado social por um partido que se diz socialista.

Em relação à intervenção da Senhora deputada Paula Barros, gostaria de lhe dizer que a questão da saúde no concelho, foi discutida, no seu essencial, aquando da criação do Centro Hospitalar e não é verdade que tenhamos alguma razão para estar contentes e optimistas em relação ao futuro da saúde no nosso concelho. Quem afirma isso ou não percebeu as dificuldades ou não analisa a Unidade Hospitalar de Chaves, a forma como os principais centros de decisão já começaram a desaparecer, a forma como as pessoas estão representadas nos Órgãos de Gestão, a forma como o Hospital se está a organizar por Departamentos, onde ninguém do Hospital de Chaves tem funções importantes, a forma como em recente entrevista pública o



Director do Centro Hospitalar apresentou múltiplos projectos para a unidade de Vila Real e quando o jornalista lhe perguntou quais eram os projectos para a unidade de Chaves ele respondeu - “para a unidade de Chaves temos muitos projectos”.

A ofensiva contra o estado social está longe de estar interrompida. O estudo sobre as questões da Justiça no Distrito de Vila Real, não se entende porquê, foi feito pela Faculdade de Engenharia de Coimbra e aponta para o encerramento de cinco tribunais de comarca; na região do Alto Tâmega só refere Boticas; a UTAD continua nos seus projectos a retirar-se da região e perante este cenário, continuo a não estar tão optimista em relação ao futuro como a Senhora Deputada.

Independentemente do que nós pensamos, se há muitos funcionários públicos, ou não, se as suas funções são úteis ou não, o que estrutura socialmente esta região do interior são, efectivamente os funcionários públicos. Uma reestruturação feita em contra ciclo vai obrigar a que cada vez seja maior o retrocesso do desenvolvimento do interior em relação ao litoral.

Terminou dizendo que o espírito do “25 de Abril” que foi implementado e aprofundando ao longo dos tempos, está a chegar a um momento histórico de viragem, mas que o seu partido está atento para o defender.

**LUÍS DIAS DE CARVALHO** do PSD – disse que num dia tão simbólico e de grande significado histórico para o País, não poderia deixar de saudar o “25 de Abril” porque é a data memorável da liberdade e pensa que no espírito dos homens que o fizeram, pairava liberdade igual a responsabilidade.

Fala-se até à exaustão da liberdade e esquecemo-nos muitas vezes da responsabilidade, que significa respeito pela dignidade do próximo. Continuo a vitoriar a liberdade, mas com responsabilidade.

Saudou a Câmara Municipal, congratulando-se pelo restauro da Muralha setecentista da rua 25 de Abril, porque é um restauro que, como cidadão, teve oportunidade de acompanhar e apreciou a sensibilidade do empreiteiro que executou a obra, para este património histórico.

Saudou igualmente a Autarquia para os trabalhos da zona envolvente do Forte de S. Neutel, no âmbito do Programa Polis, que é uma obra ímpar e que honra os flavienses.

No âmbito da Educação é preciso dizer basta a este Governo, que tem um sentido reformista – que defendo – mas não da forma como estão a ser implementadas essas reformas. As reformas fazem-se tendo em conta as pessoas e não os números – as pessoas não são números - são seres humanos e não se medem todas pela mesma rasa. A Senhora Ministra da Educação afirmou, na comunicação social, que não tinha os professores do seu lado, mas que tinha a população; que se saiba um Ministro representa um País e todos aqueles que lhe estão subordinados. Uma democracia não é uma ditadura.

Houve negociações que decorreram com a presença da totalidade dos sindicatos de professores, mas foi um diálogo de surdos, foi uma imposição ditatorial a uma classe que foi posta na praça pública, vilipendiada nestes últimos dois anos; foi-lhes imposto um código penal e não um estatuto da carreira docente e por essa razão muitos professores abandonaram antes do tempo completo para a reforma.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que a ausência da Senhora Vereadora Maria de Lurdes Campos se verifica por se encontrar em gozo de férias. Em seguida respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”, pela ordem das intervenções.

- O Senhor deputado **Higino Silva** referiu a importância dos militares de Abril, que todos nós reconhecemos e que é inquestionável; O Concelho de Chaves, no que se



refere ao relacionamento e à aceitação da Instituição Militar é um exemplo a nível de País e daí essa homenagem aos militares Abril.

As obras que o Senhor deputado Higino referiu – o reerguer da Muralha, o arranjo urbanístico da envolvente do Forte de S. Neutel e a cobertura dos Mercados de Chaves e de Vidago – foram as mais importantes. Poderia ter referido outras como as Termas, a Biblioteca Municipal o Parque de Actividades, os saneamentos feitos em trinta e três aldeias do nosso Concelho, etc., que aglutinaram uma maior fatia do investimento, mas referiu exactamente aquelas que as pessoas do povo mais reconheceram, nomeadamente a cobertura dos Mercados Municipais, que sendo uma das mais simples e das mais baratas foi a que maior operacionalidade teve.

- O Senhor deputado **Francisco Pinto de Barros** referiu-se à Liberdade como um valor fundamental, com o qual concordo. Partiu de uma temática geral do “25 de Abril” e da liberdade, mas não fugiu ao particular, relativamente a uma situação.

Não ouvi o Senhor deputado, noutras circunstâncias relativamente próximas, questionar a substituição de outras pessoas. Questionou este caso concreto.

É muito fácil ter liberdade de pensar e falar, mas há pessoas que têm de tomar opções e decisões - neste caso eu - e assumo totalmente a responsabilidade das opções que tomo.

Há um percurso na Escola Superior de Enfermagem de Chaves, que muito deve ao Senhor Enfermeiro António Silva; neste momento entendemos que para o presente e para o futuro da Escola é necessário encetar um novo ciclo. Para além da liberdade de pensar e de falar, esta é efectivamente não só a liberdade de agir, mas sobretudo a responsabilidade relativamente àquilo que são as Instituições.

Nos termos dos Estatutos o actual Director tinha sempre de ser demitido. Vamos aguardar que as decisões venham a ter resultados positivos.

Abrem-se perspectivas de Parcerias e, neste contexto, a pessoa que será proposta ao Município, para vir a assumir a responsabilidade da Escola de Enfermagem (que tem Estatutos onde se diz claramente quem poder ser nomeado para Director), no meu entender será a que melhor pode conduzir, neste momento muito concreto da situação, as negociações.

- O Senhor deputado **José Pimentel Sarmento referiu-se** à actuação do Governo, que não comento.
- A Senhora deputada **Paula Barros** falou igualmente do Governo, que também não comento, apenas quero esclarecer a razão de se ter marcado esta reunião da Assembleia Municipal para este dia. Fiz parte da Assembleia Municipal desde 1989, o Senhor deputado Francisco Pinto de Barros foi uma das pessoas que me acompanhou desde essa altura e eu pergunto quantas sessões de Assembleias Municipais houve no dia “25 de Abril”? Houve duas (nos 25 e 30 anos de comemorações).

O “25 de Abril” merece uma sessão extraordinária, mas não é uma prática acontecer no Município de Chaves. Coincidiu hoje, nas comemorações dos trinta e três anos, tendo havido as cerimónias possíveis da parte de manhã, porque choveu e não permitiu a actuação das bandas. No início desta sessão houve um período dedicado e esta efeméride.

Tudo o que se faz na Educação, na Saúde, na Justiça, mencionadas pela Senhora deputada é sempre pelos cidadãos e em favor deles.

- O Senhor deputado **Luís Geraldês** referiu a questão do PDM. O Município de Chaves, como outros, encetou o processo de revisão do Plano Director Municipal, mas, a partir de 2006, surgiu uma orientação do Governo para que o PDM seja «cadenciado», na sua evolução, porque entretanto foi apresentado, discutido e aprovado um Plano Nacional de Ordenamento do Território, instrumento base para o País. De acordo com este último, estão, neste momento, a ser ultimados os



Planos Regionais de Ordenamento do Território – cinco no País. No contexto do Plano Regional do Ordenamento do Território Norte, três sub espaços têm um Plano a decorrer – Trás-os-Montes, Minho e Área Metropolitana do Porto – e só depois é que vêm os Planos Municipais de Ordenamento do Território, numa hierarquia que eu considero correcta. A determinação de elaborar um Plano Nacional de Ordenamento do Território é de 2003 e essa hierarquização de Planos permitirá ao País, pela primeira vez, ter um conjunto ordenado de instrumentos de Planeamento que permitam levar a efeito um ordenamento do território que sirva os cidadãos.

Em função desta orientação nacional, as acções levadas a efeito, para a revisão do PDM de Chaves, aguardam a aprovação dos instrumentos regionais, para, em presença de todos os elementos disponíveis – Carta Educativa, Rede Social, Agenda 21 Local – e em acordo com os planos hierarquicamente superiores podermos elaborar um documento que sirva as exigências de todos.

Esta é a explicação para não ter havido mais reuniões e daí não ter sido chamada a Comissão de acompanhamento. Quando retomarmos com regularidade e intensidade esses trabalhos serão chamados todos os intervenientes.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu-se ao “25 de Abril” mas não colocou qualquer questão que me mereça referência.
- O Senhor deputado **Luís Carvalho** referiu obras levadas a cabo por este executivo, nomeadamente a recuperação da Muralha e a zona envolvente ao Forte de S. Neutel que agradeço.

Relativamente à Muralha vamos requalificar o espaço superior que adquirimos e vamos terminar o Forte de S. Neutel. São projectos para os cidadãos usufruírem.

Relativamente à Educação respeito a sua opinião mas aqui tomo a liberdade de não ser juiz em causa própria.

#### Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”

A Senhora deputada Paula Barros propôs à Mesa que o ponto 9 da Ordem de trabalhos – Prestação de Contas de 2006 - fosse discutido logo a seguir à Informação sobre a Actividade Municipal, passando portanto para ponto 2.

Foi aceite a aprovada esta proposta de alteração.

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**

#### **MARÇO 2007**

**Dia 01** - Reunião no Hospital de Chaves para preparar o encontro com Senhor Ministro da Saúde.

**Dia 02** - Reunião em Lisboa com o Senhor Ministro da Saúde. Inconclusiva.

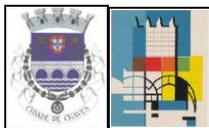
**Dia 06** - Reunião da AMAT (Associação de Municípios do Alto Tâmega). Proposta alternativa da iniciativa do Município de Chaves à apresentada pelo Senhor Ministro da Saúde.

**Dia 07**- Assembleia - Geral da Empresa Águas de Trás-os-Montes. Interrompida.

**Dia 08** - Reunião no Porto com o Senhor Director Regional da Universidade Católica: Possibilidade da Instalação desta Instituição em Chaves.



- Dia 14** - Reunião em Bragança: Segurança Social – Plataforma Territorial Supra Concelhia. Inconclusiva.
- Dia 15** - Reunião em Santiago de Compostela: Programa de Cooperação – Versão final apresentada em Bruxelas.
- Dia 16** – *Visita a Chaves de Responsáveis da Universidade Católica pelas áreas de Saúde e Novas Tecnologias.*
- Abertura da primeira Exposição de Graça Morais na nossa Cidade.
  - Assembleia - Geral da IBERÁGUAS.
- Dia 20** - Reunião com responsáveis da área Cultural da UNICER: possibilidade de apoio a actividades a levar a efeito.
- Dia 21** – Assembleia - Geral da Chaves Parque. Interrompida.
- Dia 22** - Aniversário da UTAD.
- Dia 23** - *Assembleia - Geral da RESAT.*
- Dia da Unidade (RI 19).
- Dia 26**- Reunião em Bragança: Segurança Social – Plataforma Territorial Supra Concelhia. Inconclusiva.
- Dia 27** – Porto: Protocolo com o Ministério da Saúde.
- Dia 28** – *Assembleia - Geral do MARC.*
- Conselho - Geral da Empresa Municipal.
- Dia 29** - Salamanca: Logística Ibérica. Encontro com a Senhora Secretária de Estado dos Transportes.
- ABRIL 2007**
- Dia 11** – *Terceiro Fórum Agenda 21 Local.*
- Conclusão da Assembleia - Geral da Chaves Parque.
- Dia 12** - Conselho Municipal de Educação. Apresentação do Plano de Transportes para o próximo Ano Lectivo.
- Dia 13** - *Guimarães: Apresentação do Programa de Cooperação Norte de Portugal/Galiza 2007-2013.*
- Confirmada a adjudicação pelo Governo Espanhol da ligação da A24 à A52.
- Dia 17**- Reunião em Chaves: Segurança Social. Plataforma Territorial Supra Concelhia. Regulamento Interno e apresentação do PNAI (Plano Nacional da Acção para a Inclusão).
- Dia 19** - Lisboa - Ministério dos Transportes e Comunicações.
- Dia 20** - Coimbra: ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) – Conselho Geral.



**Dia 24** - Coimbra: ANMP – Secção de Municípios de Montanha. O Município de Chaves é responsável pela apresentação do documento - base sobre o Desenvolvimento Sustentável em Zonas de Montanha.

### INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 19 DE ABRIL DE 2007.

#### 1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	23.306.455,68€
Dotação Cabimentada .....	22.262.644,66€
Taxa de Execução Física do PPI .....	<b>95,53%</b>

#### 2 – Execução do Orçamento:

##### 2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento .....	49.816.668,55€
Dotação Cabimentada .....	35.271.414,98€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa .....	<b>70,81%</b>

##### 2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	49.816.668,55€
Receita Liquidada .....	8.582.353,60€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	<b>17,23%</b>

#### 3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

##### 3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2006.06.26	14.946.378,01 €
2006.09.22	15.441.126,97 €
2006.11.24	15.675.620,23€
2007.02.26	16.603.506,09 €
2007.04.19	17.150.777,39 €

##### 3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2006.06.26	17.018.649,73 €
2006.09.22	17.820.975,23 €
2006.11.24	17.682.492,47 €
2007.02.26	17.756.428,61 €
2007.04.19	17.440.638,10 €



### PONTO 2. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2006. INFORMAÇÃO N.º 01/DGFEP/07;

O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que faria a apresentação do documento de Prestação de Contas, relativo a 2006, em duas partes distintas. A primeira relativamente ao ano económico de 2006 e a segunda retrocedendo ao ano 2000, para analisar as Contas desse ano.

Em relação a 2006 vamos prestar contas das obras que foram feitas e de toda a contabilidade do Município. Estes documentos que posteriormente serão analisados pelos Órgãos respectivos, nomeadamente pelo Tribunal de Contas, estão elaborados com base nas especificidades das operações orçamentais, do inventário, das provisões, do sistema contabilístico e do controle interno, definidos no POCAL.

Em 2006 foram lançadas trinta e duas novas empreitadas e terminadas trinta e seis, do conjunto das cento e vinte e cinco que esta Câmara Municipal tem em curso, para além das intervenções directas da Autarquia, que superaram a centena, sendo mais de trinta feitas em escolas.

O Relatório de Actividades, segundo a nossa interpretação, diz-nos que foi um bom ano de realizações.

A execução financeira e física foi de 93,2% e a taxa de execução da Despesa foi de 54,1%; o aumento do activo foi de mais de 17 milhões de euros, o que significa que a riqueza da Autarquia cresceu no ano de 2006; os Fundos Próprios aumentaram situando-se, neste momento, em 63 milhões de euros, o que significa que temos mais capacidade de auto financiamento e, conseqüentemente, mais capacidade para pagar as dívidas, apesar de em 31 de Dezembro não nos terem sido disponibilizados cinco milhões e duzentos mil euros de fundos comunitários, a que tínhamos direito, respeitantes a obras já executadas e pagas, para além dos proveitos diferidos.

Os fundos comunitários agora não funcionam como no ano 2000 em que o sistema contabilístico era totalmente diferente; antes eram feitas as candidaturas, as verbas eram aprovadas e à medida que os autos de medição eram feitos, o empreiteiro emitia a respectiva factura que se enviava para pagamento, disponibilizando a Autarquia a percentagem que lhe cabia; em 2003 as regras mudaram. A Câmara paga primeiro a totalidade da factura, envia para pagamento e recebe quando bem calha os 75% a que tem direito – em 2006 não recebemos os cinco milhões e duzentos mil euros antes mencionados.

Em 2006 a Despesa Corrente diminuiu, o património aumentou em mais de 19 milhões de euros e a poupança corrente superou os 2 milhões de euros, que passou para investimento.

Relativamente ao pessoal, o balanço social relativo a 2006, que foi remetido, em devido tempo, para as entidades competentes (até hoje nunca veio nenhum rejeitado, nem questionado), diz que no final do ano a Câmara Municipal de Chaves tinha 517 funcionários; Em 2006 o Governo impôs limites às despesas com pessoal e a Autarquia de Chaves gastou 515 mil euros abaixo do tecto imposto, apesar de ter gasto mais do que no ano de 2005 - esse aumento inclui 1,5% de aumento a todos os funcionários e 3% à Segurança Social; houve necessidade de contratar professores, através de tarefa ou avença, para dar aulas de inglês, de educação física e de educação musical, nas escolas do ensino básico e há contratos de provimento que ficaram da Câmara Socialista e que agora vamos ter de resolver. Relativamente ao pessoal não existem razões para contestar estes documentos – nesta área ajudámos o Governo a reduzir o défice, aliás aumentámos as receitas e reduzimos as despesas correntes.

Relativamente à Dívida se a Autarquia tivesse recebido os cinco milhões e duzentos mil euros a que tinha direito, até 31 de Dezembro de 2006, a dívida não aumentava.



Sobre a dívida de longo prazo convido os Senhores deputados a fazer a comparação entre o montante contraído até final de 2001 e o que foi contraído de 2002 até 2006 e verificaram que o valor é idêntico. Mas não devem só comparar os valores, devem comparar as obras que foram feitas até 2002 e as que foram feitas de 2002 a 2006 e as que estão em curso – são obras visíveis e que ninguém pode negar.

Sobre o endividamento recebemos, já depois da última reunião de câmara uma comunicação da DGAL que refere o total do montante a que a Câmara de Chaves ainda tem direito para 2007; estamos a 50% da capacidade de endividamento, mas isso não significa que vamos contrair, de imediato, mais empréstimos, até porque a nova Lei das Finanças Locais estabelece um limite para o endividamento líquido; este documento diz que o limite da Autarquia, em termos de endividamento líquido está em 20.197.143,08€, mas o endividamento real está em 15.676.000,00€, o que significa que a Autarquia tem uma margem de 5 milhões de euros que pode utilizar, se assim o entender. O Governo tinha prometido que enviaria este documento às Autarquias até ao dia 15 de Abril e cumpriu.

Tive o cuidado de visitar o site do Partido Socialista na Internet e vi lá coisas extraordinárias, nomeadamente: - *IMI* - Permitem-se comparar o dinheiro recebido do Imposto sobre Imóveis antes de 2003/2004, altura em que houve uma alteração completa no sistema, com o recebido agora; naquela altura a taxa era de 1% e agora é de 0,35%. Efectivamente agora recebemos mais dinheiro de IMI porque a alteração da legislação obrigou a que mais pessoas pagassem, mas isso é comparar coisas que não são comparáveis. – *Telefones* - Relativamente ao ano 2000 não é possível definir a verba gasta com telefones, porque saíram pela rubrica – transportes e comunicações e tem uma despesa total de 270 mil contos. Até 2001 nenhuma das escolas do Concelho de Chaves tinha telefone e agora todas tem, com a Câmara a pagar as respectivas despesas, conforme foi oportunamente dito neste Assembleia e, nessa altura ninguém se opôs; mas se o Partido Socialista entender que devemos deixar de pagar esses telefones, façam a proposta e já baixaremos ao valor da factura. Também em 2001 não existiam telemóveis, com excepção do Senhor Presidente da Câmara, assim como a Internet, mas se entenderem que a devemos cortar façam a respectiva proposta. Diz também o PS no seu site que a partir de 2008, vai haver certificação externa; enquanto a não há, estar a pedi-la é dizer que os Técnicos da Câmara Municipal de Chaves não são competentes, o que não é verdade. São competentes e já o provaram em muitas situações, quer sejam os que fizeram a Conta de Gerência do ano 2001, quer sejam os que fizeram a Prestação de Contas de 2006, as quais, até à data, não foram questionadas por nenhum Organismo oficial.

O que fica sem certificação e nunca a vai ter são os palpites.

Na segunda parte convido-os a fazer um pequeno exercício, começando pelo Plano e Orçamento referente ao ano 2000, que nos vai dar os dados para a Conta de Gerência e Relatório de Actividades de 2001; o Plano de 2000 permitiu-me fazer a leitura de situações como: - Objectivo 1 – *concluir os Planos de urbanização de Chaves e Vidago* – ainda não estão, as regras mudaram, mas estamos a trabalhar para os concluir e mais uma vez vamos fazer um trabalho que outros nunca o conseguiram fazer, apesar de o terem dito; 2 – *Reforço de água a Chaves a partir da Barragem das Nogueirinhas* – não foi feito. Este executivo com a Junta de Freguesia de Santo António de Monforte fez investimentos para o reforço do abastecimento de água àquela Freguesia, a partir dessa barragem; 3 – *Implementação do Centro Rural no País da Castanha* – não faço ideia do que se tratava mas consta neste documento a destacado; 4 – *Parque de Actividades – Aquisição de Terrenos*. Quando este executivo tomou posse em 2002, não havia um metro de terreno adquirido para o Parque de Actividades; 5 – *Aquisição de terrenos para o Parque de exposição de*



*Santa Cruz*. Estão neste momento a ser adquiridos em função do Programa Polis; 6 – *Elaboração de Estudos e execução do Parque de Estacionamento na Lapa*. Nada foi feito; 7 - *Construção do IP3, entre a Régua e Vila Verde da Raia* – Foi feito com este executivo; 8 – *Construção do troço da A7 entre Fafe e o IP3*. Foi feito com este executivo; 9 – *Execução do Campus Universitário da UTAD*. Foi feito com este executivo e a expensas integralmente suas.

O Orçamento para o ano económico de 2002 tinha um volume total de cinco milhões e meio de contos, que dá vinte e sete milhões e meio de euros; entre as **Receitas** previstas tinha inscrito o valor de cem mil contos (quinhentos mil euros) da EHATB - o Relatório diz que foram recebidos dois mil e oitocentos contos (catorze mil euros).

A previsão das Receitas de Capital em 2000 era de um milhão cento e doze mil, setecentos e nove contos (cinco milhões, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e quarenta e cinco euros), provenientes de: - *venda de terrenos* – quatrocentos e quarenta e seis mil novecentos e seis contos (dois milhões duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e trinta euros). O Relatório diz que foram recebidos três mil contos (quinze mil euros); – *Habitacões* – cento e cinquenta mil contos (setecentos e cinquenta mil euros). O Relatório diz que a Câmara recebeu zero euros; *Outros Edifícios* – quinhentos e oito mil duzentos e oitenta e três contos (dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quinze euros). Receberam duzentos e sessenta contos (mil e trezentos euros); *Exterior -Fundos Comunitários* – um milhão, setenta e seis mil oitocentos e noventa e nove contos (cinco milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco euros). Foram buscar duzentos e trinta e cinco mil contos (um milhão cento e setenta e cinco mil euros).

*Despesas - Despesas Honoríficas e de Representação* - A Autarquia gastou no ano 2000 dez mil e quinhentos contos (cinquenta e dois mil e quinhentos euros); em Publicidade gastou doze mil contos (sessenta mil euros).

*Subsídios* - No ano 2000 o *Grupo Desportivo de Chaves* recebeu setenta e três mil e setecentos contos (trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos euros). Em 2006 recebeu trezentos e cinquenta mil euros, que os Senhores entendem que é muito mais.

*Avenças* – A Conta de Gerência diz que em 2000 havia 50 contratos de avença, (nessa data não havia professores contratados para dar aulas de inglês, educação física, educação musical nas escolas do ensino básico, como agora temos), havia 20 pessoas com contrato de provimento e que agora estão, obrigatoriamente, com contrato de tarefa, mas se quiserem fazer a comparação com a situação actual façam-na e verão que existe alguma diferença.

Como já referi, o Orçamento de 2000 era de vinte e sete milhões e quinhentos mil euros e teve uma arrecadação de receitas no valor de dezassete milhões de euros; as Despesas Correntes importaram em nove milhões e meio de euros e as Despesas de Capital em sete milhões e meio, ou seja: em 2000 gastaram-se mais dois milhões de euros em Despesas Correntes, do que em Despesas de Capital, exactamente o contrário do que o que aconteceu na Gerência de 2006. Nesse ano de 2000, o Relatório diz-nos que as Despesas com Pessoal atingiram um milhão de contos (cinco milhões de euros). Se compararem percentualmente esse valor com o total do Orçamento verificam que nessa altura as Despesas com Pessoal equivaliam a 1/3 do Orçamento e actualmente é inferior a 1/4.

A Dívida da Autarquia no ano de 2000, conforme podem verificar pelos documentos, era de dois milhões e seiscentos mil contos (treze milhões de euros) e se quiserem comparar verão a diferença.

O Partido Socialista quando fizer críticas aos vários documentos deve primeiro pensar e ver se tem moral para as fazer. Gostaria que esta Assembleia tivesse em



conta as explicações dadas e estou disponível para responder a todas as questões que sobre este ponto me forem colocadas.

Terminou dizendo que nestes documentos o voto contra terá carácter político, porque do ponto de vista técnico e económico não existem razões para isso e se, efectivamente, votarem contra terão de assumir que o fazem por uma questão política, mas que deverão votar de acordo com a sua consciência.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

**ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – disse que o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção fez uma incursão ao passado, no seu entender muito bem feita, para justificar algumas insuficiências dos documentos em apreciação. Foi pena não ter ido um pouco mais longe e trazer também os documentos relativos à Gerência de 1989 para se fazer um histórico e encontrar o início de toda a dificuldade encontrada no nosso Município; se em 1989 se tivesse feito esta análise, provavelmente teríamos de recuar alguns anos.

O ponto da situação neste momento é a Prestação de Contas de 2006. Houve um tempo para discutir a Prestação de Contas de 1989, a de 2000 e hoje estamos aqui para analisar o presente.

“Como tivemos oportunidade de afirmar, quando da apresentação e discussão dos documentos previsionais para o ano de 2006, os números então apresentados como previsão de receitas 54.935.144,76€, corrigidos posteriormente para 56.935.144,76€, eram, em nosso entender, virtuais, empolados, sem rigor e teriam como consequência inevitável uma taxa de execução baixíssima no investimento previsto.

O Senhor Presidente referiu-se ao ano 2000 em que nessa altura tínhamos uma dívida que não havia maneira de a esconder. Agora o POCAL não permite esconder a dívida, porque é um instrumento de rigor.

Nos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício económico de 2006, agora em discussão, constata-se e confirmam-se as nossas dúvidas, as nossas razões e as nossas críticas. Todos nós temos esses documentos, certamente todos nós os lemos e, portanto, é só comparar os números.

É por demais evidente que os indicadores relativos ao controle orçamental se agravaram em 2005.

Da arrecadação da receita de Capital prevista – 37.294.509,80€, apenas foram cumpridos 13.261.689,18€, havendo um desvio, para menos de 24.032.820,62€, isto é: apenas 1/3 do que estava orçamentado foi cumprido. É este o rigor?

Nas Receitas Correntes previstas, verificou-se uma diminuição de 1.981.098,77€, houve rubricas que foram empoladas.

As Despesas com Pessoal de 2000 não são comparáveis, na medida em que nessa altura as Termas tinham pessoal contratado, a recolha de resíduos sólidos era feita pela Câmara e não pagávamos a gestão da água. Esta questão representa muito dinheiro, senão vejam quanto se paga pela gestão da água, à qual terão de somar aos gastos com pessoal. É falso que se gasta hoje menos com pessoal do que em 2000.

Em nosso entender, em 2006 as Despesas com pessoal, contrariando as directivas da Administração Central, continua a agravar-se significativamente.

Em 2005 as despesas com esta rubrica foram de 7.648.403,16€ e neste ano, em discussão – 2006 – foram 8.120.407,29€, isto é, mais 6,17%.

Quanto à situação financeira a dívida da nossa Autarquia assume valores preocupantes e comprometedores do futuro, muito especialmente a de curto prazo que cresceu 52,5%, para um total de 17.750.786,86€, contribuindo para o agravamento da dívida total da Câmara, que só nos últimos dois anos desta gestão PSD se agravou de 21.102.235,80€ para 34.438.502,04€.



Considerando que a Prestação de Contas deve ser o espelho dos documentos previsionais oportunamente apresentados.

Considerando que estes documentos de Prestação de Contas, em nosso entender estão muito longe de espelhar as metas propostas e aprovadas por esta Assembleia Municipal, os deputados eleitos pelo Partido Socialista votam contra a Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2006, por não materializar a proposta aprovada”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU - disse que o Senhor Presidente da Câmara na apresentação dos documentos em análise fez um exercício político, para demonstrar que antes dele ainda era pior. Sem ter grande capacidade para analisar tantos documentos e tantos valores, a sua bancada vai abster-se na votação dos documentos de Prestação de Contas, relativos a 2006.

No seu entender, já em 2000, as verbas que vinham da EHATB estavam inflacionadas, continuam a estar e tem dificuldade em perceber estes desvios; o número de rubricas e os controles sucessivos são cada vez maiores, felizmente que assim é, porque se trata de dinheiros públicos. Continua a não entender a disparidade que há entre algumas receitas previstas e as concretizadas.

Numa das primeiras Assembleia Municipais em que tomou parte como deputado, perante uma sua intervenção sobre o assunto, foi referido que as verbas para o Grupo Desportivo de Chaves seriam sempre a diminuir, o que, em seu entender isso foi pouco concretizado. Ficam com o pequeno consolo de que no tempo do Partido Socialista as verbas transferidas para o Desportivo eram, provavelmente, ainda maiores. Não concorda que seja importante para Chaves que o Desportivo esteja na 1ª. Divisão, porque na realidade, por mais que a todos custe dizer e ouvir e por mais que seja politicamente incorrecto, não tem grande importância, porque inevitavelmente o Desportivo vai descer sucessivamente e os milhões de contos que foram injectados no passado e no presente, vão ter um retorno mínimo para o desenvolvimento da região. Não é no desporto profissional e nas equipas profissionais que as autarquias devem investir as suas verbas, porque isso paga-se e este Município paga isso com um histórico que tem trinta anos.

**FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS – disse que pela apresentação que o Senhor Presidente da Câmara fez da Prestação de Contas, dá a impressão que se está a falar de uma autarquia que tem super habite orçamental.

“Há administrações públicas, nomeadamente em Espanha, em que no final de cada ano têm as dívidas todas pagas e o dinheiro que lhes fica é discutido nas Assembleias onde poderá ser aplicado. Essa não será a nossa situação e por essa razão não entendo o excessivo contentamento do Senhor Presidente da Câmara dado que ainda não atingimos esse tipo de situação, no nosso Concelho.

Toda a gente sabe que é um factor de competitividade territorial que as administrações públicas sejam eficientes e que mostrem aos agentes económicos essa sua capacidade de gerar meios e de os aplicar com rigor, nomeadamente poupando nos sectores que é para poupar e gastando naqueles que podem gerar riqueza futura.

O exemplo que damos aos agentes económicos é o do prolongamento dos pagamentos daquilo que foi realizado. O que acontece é que, por exemplo, doze milhões de euros que se devem a empreiteiros se transferirão para doze milhões de que se deverão a fornecedores, à Segurança Social e a outros. Uma dívida na administração transforma-se em dívida nos agentes e em custos acrescidos, em termos financeiros, para todos nós. Por essa razão a União Europeia defende défices zero para a administração pública, a partir de 2010. Entendo que se deve pedir



dinheiro emprestado, mas o importante é entender que isso gera problemas acrescidos a todos e a cada um de nós. Isso é o que se verifica no Concelho de Chaves, uma tendência crescente, uma vez que no final do ano anterior, tinha sido paga mais despesa de que no final de 2006.

Quando falamos em despesa paga, os números são os que o Senhor Presidente da Câmara referiu, mas se toda a despesa corrente e de capital contraída tivesse sido paga, os números seriam outros. Estamos a falar de alguma realidade ficcionada, não da realidade integral.

Preocupa-me o facto de o Senhor Presidente da Câmara em vez de elogiar este documento pelo documento, ter recorrido ao facto de na altura da gestão socialista – que foi penalizada nas eleições por algum motivo – e dizer que hoje a situação, embora parecida é um pouco melhor. Quando o elegeram não foi no sentido de reproduzir aquilo que de mal se fazia antes, mas sim para emendar a mão e corrigir o que era de corrigir.

Mais importante do que falar em factos do passado, que reconheço, não seriam os melhores, é saber que o Senhor Presidente tem um plano que permita à nossa autarquia, em 2010, embora com menos obras, como fez o Governo ao diminuir em 20% o investimento público, mas que permita uma gestão municipal que possa ser um exemplo para os agentes económicos do Concelho. É esse plano que eu gostaria de ver aqui e não dizer que se agora se deve também noutros tempos se devia. Nós queremos sempre melhorar e não que as coisas se reproduzam; a moral não se vê assim, mas pela melhoria constante dos procedimentos e das atitudes.

O Senhor Presidente caiu num equívoco ao dizer que nós não podemos votar tecnicamente estas contas; obviamente que não. Nós somos um Órgão político. A validação técnica das contas é feita por Revisores Oficiais de Contas, pelo Tribunal de Contas e por outras instâncias. Nós aqui só podemos fazer voto político porque a lei não dá nenhuma competência a esta Assembleia para que se possa pronunciar tecnicamente.

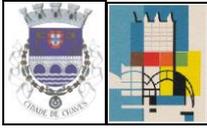
O que gostava era de ouvir do Senhor Presidente o estabelecimento de um plano, com prazo definido, que garanta aos agentes económicos mais celeridade nos pagamentos, para que eles próprios sejam mais céleres a pagar aos fornecedores e para que, no conjunto, a economia local seja oleada, não só a partir de investimentos externos, mas também a partir de uma gestão autárquica eficiente e capaz de construir, em tempo, com os parceiros e agentes económicos, um projecto de respeito mutuo e de confiança na realização de pagamentos, para que não haja custos acrescidos pelas demoras”.

O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas dizendo:

Não me custa nada dar razão ao Senhor deputado Francisco Melo, nalgumas reflexões que aqui fez, mas também não posso deixar de lhe agradecer o facto de reconhecer que as coisas hoje estão melhores.

Quando fala em despesas pagas pelo Município, devia acrescentar também as despesas pagas pelos devedores do Município, porque o que está vertido nas contas não é só aquilo que o Município deixou de pagar, mas é também aquilo que deixaram de pagar ao Município, porque se fizer as contas verifica que entre o valor que a Autarquia deixou de pagar e aquilo que não lhe pagaram a ela, a diferença é muito superior a favor da Autarquia.

O Senhor deputado disse que uma boa gestão deve ser avaliada, no fim de um exercício e que pode dar lugar à distribuição de dividendos, eu informo-o que se analisássemos as Contas da Autarquia com sentido empresarial, a Câmara de Chaves podia ter distribuído, no final de 2006, como Empresa, 4.225.583,00€ pelos



seus accionistas, o que significa, de acordo com a sua perspectiva, que a gestão não foi boa, foi ótima.

Refere que a Câmara Municipal deve e é verdade – nunca o negámos – mas somos das Autarquias que no ranking nacional, feito pela Associação Nacional de Empreiteiros, é das que melhor pagam, como pode verificar na INTERNET e foi publicado em jornais nacionais, nomeadamente no Jornal de Notícias.

A Autarquia pode dever um valor substancial a um empreiteiro e isso não afectar a sua actividade e podemos dever alguns poucos euros a um outro credor e afectar a dele. A Câmara de Chaves tem feito, com sensibilidade essa avaliação e por essa razão, as pequenas dívidas - menos de mil euros - normalmente são pagas mensalmente, precisamente para não afectar a sua actividade. Mas se o Senhor deputado analisar bem as contas na parte da dívida a empreiteiros, verifica que são muito poucos aqueles a quem se devem valores muito elevados; temos com todos eles acordos de pagamento.

Devemos muito dinheiro à RESAT e parte dele, nomeadamente um milhão de euros, porque o Tribunal de Contas, depois do respectivo concurso, que veio a sancionamento da Assembleia Municipal de Chaves, em Junho de 2002, só obteve o visto no final do ano. Em todo esse tempo não houve transferência de verbas, mas também com esta empresa temos um acordo de pagamento de cento e cinquenta mil euros mensalmente e desde o ano passado até agora já diminuimos a factura mensal em cerca de 30 mil euros. Primeiro porque baixou a tarifa, em função dos resíduos que foram acolhidos vindos do Vale do Ave; segundo porque se fez uma campanha de sensibilização junto da população; é que a Câmara paga à tonelada todos os resíduos que recolhe, mas em termos de tratamento, só paga os indiferenciados, por essa razão quanto maior for a separação, menos paga.

A dívida da Autarquia está perfeitamente controlada e se recebêssemos atempadamente as verbas que nos pertencem, dos Fundos Comunitários, com a riqueza criada no ano de 2006 – proveitos diferidos – pagávamos toda a dívida de curto prazo e ficávamos apenas com a dívida à banca. Mas a dívida também pode ser vista em função do investimento; há mais dívida mas também há mais investimento e se repararem sobe mais o investimento do que a dívida. De 2004 para 2006 o peso da dívida baixa no Orçamento da Câmara - de 18% em 2004 para 17% em 2005 e 16% em 2006.

Estes Documentos de Prestação de Contas estão bem elaborados, tecnicamente são inatacáveis e tal como o Senhor deputado António Almeida disse, hoje o modelo contabilístico é absolutamente transparente; daí ter dito inicialmente que o voto contra os Documentos é meramente político, mas com toda a legitimidade, em função das deduções que cada um fez nas suas intervenções e que não contesto.

O Senhor deputado Almeida referiu a diferença entre um Orçamento que se prevê e o que se executa, mas dívida está no meio e isso é incontornável.

A razão de ter ido buscar os documentos relativos à gerência de 2000, foi porque a explanação que o Partido Socialista faz no seu site, na INTERNET é efectivamente comparativa « ...”antes era assim” ... “antes era assim”», o que não é verdade.

O Senhor deputado António Almeida referiu-se às Contas da Gerência de 1989, de gestão PSD, mas se recordam, o executivo socialista, no ano de 1990 solicitou uma auditoria a essas mesmas contas, que foi feita, e o resultado foi amplamente divulgado, nessa altura.

Se repararam na primeira parte da minha intervenção, ao apresentar as contas eu primeiro fiz referência ao presente, só depois é que fui buscar o passado.

O Senhor deputado Almeida referiu as Termas. A Empresa tem um centro de custos e sabe perfeitamente o que gasta e o que recebe nos vários sectores de actividade que integra, e antecipando um ano do previsto, em 2006 as Termas de Chaves



deram lucro. O défice da Empresa não vem das Termas, nem das Piscina do Rebentão, porque estas dão lucro, mas sim do Pavilhão Gimnodesportivo, dos Transportes Públicos e das Piscinas Municipais cobertas. Se a Autarquia não assumisse os custos sociais, nomeadamente com o Pavilhão, com as Piscinas e com os Transportes, os resultados seriam bem diferentes.

Hoje nas Termas não há programas ocupacionais porque não é permitido, mas no tempo em que o Senhor deputado era Vereador havia muito pessoal a prestar serviço lá, em que apenas lhe pagavam o subsídio de refeição. Também não há lá mão-de-obra barata, mas sim paga em função da formação das pessoas e do que a lei estipula.

O Senhor deputado Manuel Cunha referiu-se à EHATB. Esta Empresa ainda não dá lucros aos Municípios porque ainda está a investir. Em Mairós que é o único investimento no nosso Concelho a Empresa investiu três milhões de euros e enquanto não recuperar o investimento não pode apresentar lucros. Há sectores da Empresa que neste momento já dão lucro, mas tem de ser canalizados para outros investimentos, nomeadamente no novo contexto de cedência de potência eléctrica aqui para a Região. Pela nova Lei a EHATB vai ter de se tornar numa empresa inter-municipal, com regras próprias e uma contabilidade exactamente igual à das autarquias.

Relativamente ao subsídio ao Grupo Desportivo de Chaves assumi que no próximo ano o seu valor irá baixar para, sensivelmente, metade.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 64 votos a favor, 2 abstenções e 18 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 3 - DOAÇÃO DE DOIS PRÉDIOS – RÚSTICO E URBANO -, SITOS EM OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES À UNIVERSIDADE DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO – UTAD – PARA INSTALAÇÃO DO PÓLO UNIVERSITÁRIO. - EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO. PROPOSTA Nº 25/GAPV/07. PARA CONHECIMENTO;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que no ano de 1996, esta Assembleia Municipal sancionou o pedido da Câmara Municipal, no sentido de doar a Quinta dos Montalvões em Outeiro Seco à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Nessa altura como deputado deste Órgão defendi que a cedência fosse por cinco anos, houve quem defendesse que fosse por dez e venceram estes últimos. A esses dez anos acrescentámos um porque a escritura de doação só foi feita no ano seguinte e ao completar o tempo estipulado, uma vez que a UTAD não cumpriu com os objectivos definidos na doação, a Autarquia deliberou usar o direito de reversão.

**DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS – fez a seguinte observação sobre este ponto: disse que o executivo camarário resolveu usar o direito de reversão sobre os dois prédios em causa, ao que nada têm a opor.

Na fundamentação da Proposta diz-se que estão cumpridos os requisitos para tal exercício, mas em bom rigor ainda não passaram os dez anos – faltam três meses. Atento o caso anterior até parece que o executivo reage sempre por antecipação de três meses. Quando se pede tanto rigor no que se diz e se apregoa esse mesmo rigor no que se faz, não é correcto afirmar, com rigor que estão preenchidos todos os requisitos do direito de reversão, mas se a UTAD nada fez até agora, não é de crer que o venha a fazer nos próximos três meses. Essa antecipação de três meses faz supor uma grande urgência; o direito de reversão não caduca por se ultrapassar o prazo de 10 anos preenchendo, deste modo, formal e integralmente os requisitos; daí a urgência que parece subjacente a tal exercício. Será que os artigos em causa serão



afectos a outra finalidade? Se sim qual? Se não porquê tanta pressa? Será que se pretende vender? Não será que o executivo queira retirar os terrenos da esfera jurídica da UTAD, apenas para os ter em sua propriedade e posse legítima?

Ficaria muito satisfeito com a hipótese de ali vir a ser construída a alternativa à Universidade, com o prometido, mas nunca definido Tecno-Polo?

Há um tempo para pensar e prometer (há pessoas que prometem sem pensar) e um tempo para agir. Em termos de UTAD chegou o tempo de agir e é uma boa acção ganhar três meses na recuperação desses dois artigos, para ver o que se vai seguir; que causas determinaram o exercício de reversão? Gostaríamos de saber o que se pensa fazer daqueles ou naqueles terrenos.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Pinto de Barros, esclarecendo que quando falou na UTAD, usando a expressão «prometer sem pensar», não sabe a quem se refere - obviamente não é a este executivo.

Sobre a finalidade disse: dos cerca de 11 hectares dos terrenos da denominada “Quinta dos Montalvões” dois estão ocupados com a Escola de Enfermagem; para os restantes 9 hectares existe um plano que, para além da recuperação do solar, prevê a instalação de um Pólo Tecnológico.

Tivemos que nos adaptar às circunstâncias; o Governo anterior falava em Tecno-Polos, o actual definiu o Plano Tecnológico e é a isso que estamos a adaptar-nos.

Terminou dizendo que antes de iniciar o processo falou com o Senhor Reitor da UTAD, informando-o que a Autarquia vai usar o direito de reversão.

#### **PONTO 4 - ALTERAÇÃO DA REDACÇÃO DO Nº. 4, DO ARTIGO 1º, DO REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DE LOTES DO PARQUE DE ACTIVIDADES. - DISPENSA DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO PRÓPRIO -. PROPOSTA Nº 26/GAPV/2007;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o Regulamento do Parque de Actividades foi oportunamente sancionado por esta Assembleia Municipal, e também posteriormente o Regulamento da venda dos lotes, o qual num dos artigos prevê que, para a venda dos pavilhões já edificadas, tenha de existir um Regulamento próprio.

Como a venda dos lotes, no seu conjunto, é feita por prévia qualificação – quem se candidata vai ter de fundamentar – entendemos que estar a fazer um Regulamento próprio para a venda dos pavilhões que, curiosamente, são os que têm mais procura, seria atrasar o processo uns meses. Por essa razão solicitamos a esta Assembleia a alteração do ponto nº. 4 do Regulamento, que se refere especificamente a esses pavilhões e que o seu aluguer possa ser feito de acordo com o Regulamento Geral de cedência dos lotes.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade, por deliberação da Assembleia. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 5 - PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO CONCELHO DE CHAVES COMO ASSOCIADO DA FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE VILA REAL. PROPOSTA Nº 27/GAPV/07;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que por solicitação da Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real, o Município de Chaves entendeu aderir a esta Federação, com uma quota anual de 250 euros.

Chaves tem tido, desde sempre um relacionamento próximo, de colaboração e de intervenção conjunta quando é necessário, com o Bombeiros. Integramo-nos numa



Federação do Distrito que faz a ponte com a Federação Nacional parece ser benéfico para a Autarquia de Chaves e para os corpos de Bombeiros em geral.

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram a favor desta proposta na reunião de Câmara, mas fizeram uma declaração de voto na qual pediram a elaboração de uma lista de todas as Associação onde a Câmara é associada, com as respectivas quotas. Nessa altura respondi o mesmo que agora; essas propostas foram todas quer às reuniões do executivo, quer a esta Assembleia Municipal e constam dos documentos que foram distribuídos aos Senhores Vereadores e Senhores deputados.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade, por deliberação da Assembleia. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 6 - GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. - ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO, SITUADO NA AVENIDA BRACARA AUGUSTA – SANTA MARIA MAIOR -, CHAVES, INTEGRADO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL. - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA Nº 28/GAPV/07;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que, na sequência da aquisição da Quinta do Pinheiro em Outeiro Jusão, a Autarquia vai lá instalar os Serviços do Sector Operativo, que vêm utilizando as instalações do antigo matadouro sem quaisquer condições. Aliás tem sido preocupação deste executivo proporcionar uma melhor qualidade de instalações aos seus funcionários e com os instrumentos necessários para que possam exercer a sua actividade, porque eles o merecem.

O Sector Operativo efectivamente não tem estado bem instalado. Para melhorar as instalações necessitamos de investir ali cerca de 600 mil euros para cumprir não só as condições de higiene e segurança impostas, como também para lhe proporcionar um mínimo de dignidade.

A Quinta do Pinheiro tem melhores condições de operacionalidade, quer para guardar as viaturas, diminuindo os gastos em termos de manutenção, quer para instalar os trabalhadores, quer para utilização do Parque com cerca de dois hectares que tem disponível, para recolha de materiais. Estamos a preparar aquele espaço para transferir para lá todo o Sector Operativo e a Divisão do Meio Ambiente e Serviços Urbanos; esta última estrutura está instalada no edifício destinado ao Museu Ferroviário. A construção da 3ª fase do Centro cultural está apenas dependente da saída destes Serviços do edifício, para continuar com as obras do Museu, cujo projecto é candidato ao próximo QREN, no âmbito da cultura.

Perante o que foi explicitado a Autarquia deliberou colocar à venda as instalações do antigo matadouro, nas condições vertidas na Proposta em análise, pelo valor calculado de 605 mil euros. Naquela zona e mediante a construção da nova ETAR, para além da área do matadouro, ficará também disponível o espaço da actual Estação de Tratamento, para posterior alienação.

E em termos de alienação, este executivo está completamente à vontade, porque se fizermos a comparação entre o património que adquirimos e aquele que colocamos à venda (um já foi vendido outro não), o que adquirimos é muito superior ao que, efectivamente, vendemos. É um acto de boa gestão utilizarmos o património para melhor qualidade de vida dos cidadãos e uma via de desenvolvimento, à semelhança do que fazem as empresas.

**DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – depois dos cumprimentos aos presentes usou da palavra para dizer o seguinte:

“Não quero perder a oportunidade deste dia para dizer um bem-haja a todas as mulheres e a todos os homens que lutaram pela criação do Poder Local em Portugal.



Quero também, neste mesmo dia dizer um bem-haja a todas as mulheres e homens que consolidam e consolidaram o Poder Local em Portugal.

Em relação ao assunto em discussão, são várias as razões porque a minha bancada não pode votar favoravelmente esta Proposta. Num passado recente este Executivo fez aquisições de património, aquisições essas que foram discutíveis, foram discutidas e que esta Assembleia aprovou. O Senhor Presidente da Câmara disse e muito bem, que está sempre bem um executivo que enriquece o património municipal; esta é uma das razões porque não podemos votar favoravelmente, porque é feita uma inversão de 180 graus e passa a alienar património municipal.

Existe uma outra razão que consideramos de maior importância. Dadas as dívidas que o Município tem e sabendo que o Senhor Presidente é um homem sério e quer cumprir o pagamento da dívida, tem necessidade de fazer a alienação deste e doutro património. Só não concordamos com o método. Em meu entender se tivesse optado por fazer o loteamento do terreno, vendê-lo em lotes e não como um todo, a Câmara mataria vários coelhos numa cajadada só.

O Senhor Presidente da Câmara pode alegar que tem alguma premência em realizar esse dinheiro, para satisfazer compromissos financeiros, mas como sabe aquele terreno fica muito próximo de uma estrutura que o desvaloriza bastante – a EATAR. Sabemos também que se tem empenhado muito, na construção da nova e que esta, provavelmente será construída o mais cedo possível, talvez dentro de um ano, o tempo provável que a Autarquia, com os seus recursos técnicos, materiais e humanos, levaria a concluir o tal loteamento. E quando aquele equipamento sair daquele lugar aquele terreno irá valorizar muito.

A base de licitação de 605 mil euros para aquele terreno, não é um valor que esteja ao alcance dos empresários da região, que não têm suporte financeiro, para se lançar a um investimento desta ordem. No entanto uma série de empresários da área da construção civil, se o terreno estivesse loteado, investiriam na aquisição dos lotes e se forem empresários nossos a adquirir esses lotes, de certeza que vão construir e vão comprar os materiais para a construção aos fornecedores locais; agora se for um empresário espanhol, que tem suporte financeiro, a fazer a aquisição do terreno, temos a certeza que os materiais vêm de Espanha.

Eu compreendo-o Senhor Presidente e deixo-lhe um alerta. Vender a pronto e comprar fiado no presente, pode parecer-nos, de momento, estrategicamente, altamente positivo mas, no futuro, é a asfixia e o suicídio financeiro do Município”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu dizendo ao Senhor deputado Anselmo Martins que preparou bem a sua intervenção, mas que a sua argumentação é falível do princípio ao fim. Quatro dos seus argumentos começaram por um «se», o que não me parece tenha sustentabilidade. O «se» é condicional.

Quando diz “comprar fiado” está a referir-se ao leasing, mas neste tipo de aquisição toda a gente sabe o que vai pagar nos próximos anos e em cada ano. Não é comprar fiado – é saber e é programar o pagamento. As duas aquisições que a Autarquia fez através de leasing foram um excelente negócio, senão vejamos: - Quando adquirimos as instalações do BCP, no Largo do Anjo, estávamos a pagar por uma garagem de 180 m<sup>2</sup>, setecentos euros por mês de renda; pelas instalações adquiridas ao BCP, que para além da parte administrativa têm um espaço de garagem com 300 m<sup>2</sup> – muito maior – pagamos de leasing cerca de 600 euros por mês. É ou não é um bom negócio para a autarquia? É-o no presente, e será no futuro: A Quinta do Pinheiro foi adquirida por um milhão e trezentos mil euros e no final do leasing fica em mais 265 mil euros, mas o investimento que a Câmara tinha de fazer no Sector Operativo, no matadouro, para o por em condições dignas – 600 mil euros –é tanto quanto vale em



termos de avaliação. Senhor deputado estes são actos de boa gestão e cada um é responsável por eles.

Sobre o enriquecimento do património que referiu, é um facto. Esta Autarquia adquiriu muito mais património do que vendeu, mas também enriquece o Município, no presente e no futuro, se souber vender bem.

Os Senhores criticam quando a Câmara compra terrenos e os vende, dizendo que parece um agente imobiliário; se os loteássemos então é que os Senhores diriam que além de agentes imobiliários fazíamos loteamentos para venda. Temos de ser coerentes com aquilo que dizemos e com as posições que tomamos. Esta Câmara Municipal tem património que quer gerir com toda a transparência e correcção.

Os empresários da terra podem não ter poder de compra, mas podem associar-se – já foram desafiados a fazê-lo; a iniciativa e o empreendedorismo é que é desigual, por isso é que temos dezassete empresários galegos interessados em lotes do Parque de Actividades e menos de um terço de empresários portugueses interessados nesses mesmos lotes. A culpa não é do executivo, mas sim do mercado. Não temos qualquer tipo de lei que, do ponto de vista comunitário, nos permita fazer qualquer tipo de protecção. Ou estamos na CEE ou não estamos; não podemos estar para o que nos convém e não para o resto. Cumprimos as regras de mercado e respeitando a intervenção do Senhor deputado e os seus argumentos, apesar de todos os «Se» que têm, as nossas opções são tomadas em função do que entendemos ser o bem dos cidadãos e o que é bom para o Município, hoje e no futuro.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 64 votos a favor, zero votos contra e 16 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 7. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS SUJEITAS A LICENCIAMENTO MUNICIPAL E RESPECTIVAS TAXAS. PROPOSTA Nº 30/GAPV/2007;**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse que esta Proposta vem para alteração do Regulamento porque apesar de termos um Parque de Campismo, devidamente apropriado para as caravanas, há Parques de Estacionamento na cidade que estão a ser ocupados, de forma abusiva, por estas auto caravanas. A PSP ao interceptá-los, nada pode fazer, porque não existe regulamentação nessa matéria.

Com esta alteração estamos a tentar criar condições para que os agentes da autoridade possam dirigir-se aos detentores das caravanas e fazer com que as regras sejam cumpridas. Aconteceram casos desagradáveis onde, junto às Termas se instalaram cidadãos de etnia cigana que obrigaram a uma intervenção da PSP.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade, por deliberação da Assembleia. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 8. TARIFÁRIO DO GÁS NATURAL NO INTERIOR NORTE – PARA CONHECIMENTO E TOMADA DE POSIÇÃO. PROPOSTA Nº 34 /GAPV/07;**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse ser do seu conhecimento que, até à data, só os Município de Bragança e Chaves se pronunciaram sobre as tarifas dos gás natural.

Na nossa Região, para além de Chaves e Bragança, Vila Real, Amarante e Marco de Canaveses também são servidas por uma rede semelhante. Entendemos trazer o assunto à Assembleia, uma vez que na sequência da tomada de decisão pela Câmara se tornou público.



Vimos o Relatório divulgado pela entidade reguladora e detectamos que no interior norte, o gás natural é 42,8% mais caro do que a média nacional e que a Duriensegás, concessionária que actua nesta zona, desde o ano 2000 subiu o tarifário do gás em 145,9%, contrariamente ao que sucede no resto do território.

Esta proposta vem no sentido de solicitar às entidades reguladoras, nomeadamente ao Governo, que nos ajude, nomeadamente na revisão dos termos da concessão feita à Duriensegás.

Já somos regiões duramente penalizadas e tendo em conta que razões de coesão social e económica, o que se pretende é defender os direitos dos cidadãos do interior, no consumo de um bem que aqui é tão necessário como nas restantes regiões do País.

**DEPUTADA PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS** do PS – usou da palavra para dizer que no início do mês de Março o Senhor Ministro da Economia foi questionado por deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, sobre esta questão, o qual, desde logo, manifestou a sua disponibilidade e compromisso, de acordo com a entidade reguladora dos Serviços Energéticos, no sentido de que esta situação viesse a ser reajustada. No passado dia onze deste mês de Abril foi homologada pelo Senhor Secretário de Estado Castro Guerra nova Tabela de preços, que neste momento estão a ser também homologados, por proposta directa das empresas concessionárias, em que já se registou um abaixamento na ordem dos 2%, com maior incidência nas regiões do interior.

Isto significa que existe a preocupação, mas que não é o suficiente. Entretanto há o anúncio de que a 28 de Julho esta questão será efectivamente abraçada pela entidade reguladora dos serviços energéticos, no sentido da uniformização dos preços em todo o País.

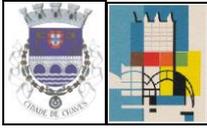
O Partido Socialista manifesta a sua solidariedade em relação a esta tomada de posição e eu gostaria de manifestar também aqui, o meu empenho pessoal, não só no acompanhamento como também em toda a influência, no sentido de que esta regulação venha a ser efectuada.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade, por deliberação da Assembleia. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

#### **PONTO 9. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VILAS NOVAS MEDIEVAIS PLANEADAS. INFORMAÇÃO N.º 109/DC/07 DE 2007.03.29;**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que o Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra fez uma candidatura ao INTERREG IIIB SUDOE, de constituição de uma Associação Portuguesa de Vilas Novas Medievais Planeadas, depois de ter estudado várias vilas medievais, entre elas a Vila de Chaves. Esse trabalho foi analisado pelo Departamento Sócio Cultural e entendeu-se que o que já foi feito e o que está para fazer pode ser útil para o enriquecimento cultural do Município. Como a quota de adesão é de apenas 50 euros por ano, deliberou-se aderir a esta Associação, à semelhança de outros Municípios.

**FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO** do PS – usou da palavra para dizer que não está contra esta adesão, mas que, neste momento, não consegue fazer uma avaliação das Associações a que o Município de Chaves pertence e pediu à Mesa que lhe seja fornecida uma relação com a descrição do nome das Associações a que o Município já pertence, das intervenções que tem nessas mesmas Associações, para poder fazer uma avaliação dos custos totais.



## Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 02/2007

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 84 votos a favor, zero votos contra e 1 abstenção. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa encerrou a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O 1º. Secretário \_\_\_\_\_

O 2º. Secretário \_\_\_\_\_